
Anexo

Associação Sócio-Cultural
Terapêutica de Évora
Apartado 18 - 7002 501 Évora

1. Identificação da Entidade e período de relato

1.1 – Designação da entidade

A Associação Sócio Cultural e Terapêutica de Évora é uma instituição sem fins lucrativos, com o número de identificação de pessoa colectiva 501840907, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 13 de 16/01/1990, Série III.

1.2 – Lugar da sede social

A Associação Sócio Cultural e Terapêutica de Évora tem sede no Monte do Zambujalinho - Azaruja, São Bento do Mato, 7005-126 Évora.

1.3 – Natureza da atividade

A atividade praticada pela Associação Sócio Cultural e Terapêutica de Évora corresponde ao apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Indicação do referencial contabilístico

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), nomeadamente:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março revogada pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho.
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março revogada pela Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho.
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística

Com vista à unidade e clareza do sistema contabilístico, o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, e pelas Leis 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e 83-C/2013, de 31 de Dezembro, é ainda alterado no sentido de passar a incorporar as disposições relativas às entidades do sector não lucrativo e às microentidades, até hoje constantes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de Maio, e da Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados com conteúdos não comparáveis

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2012) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*”.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

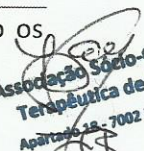
3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação



Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.


Associação Sócio-Cultural
Terapêutica de Évora
Apartado 18 - 7002 501 Évora

3.1.6. Informação Comparativa

- a) A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, são utilizadas as taxas de depreciação regulamentares previstas no normativo legal, entre as mínimas aceites e as máximas (fiscalmente).

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor recebido na transação e a quantia escriturada no ativo, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não há na Instituição bens desta natureza.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são

Eg.

Associação Sócio-Cultural
Terapêutica de Évora

Assento 16 - 7002 501 Évora

registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.5. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outras contas a Receber

Os “Créditos a receber” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos correntes

Os Ativos e Passivos correntes são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Associação Sócio-Cultural e
Terapêutica de Évora
Avenida 28 - 7002 501 Évora

Fornecedores

As dívidas registadas em “Fornecedores” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Provisões

Não existem provisões na Instituição.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

A entidade não apresenta financiamentos obtidos no corrente exercício.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

A esta Instituição foi reconhecida isenção de IRC, nos termos do artigo referido, e publicada no Diário da República n.º 298 de 28/12/1990, III Série.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou

impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Associação Sócio-Cultural
Terapêutica de Évora
Avenida 18 - 7002 501 Évora

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1 - Divulgações relativas a Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostra as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	27.199,58	-	-	-	-	27.199,58
Edifícios e outras construções	1.805.214,61	51.808,04	-	-	-	1.857.022,65
Equipamento básico	585.857,95	31.183,83	-	-	-	617.041,78
Equipamento de transporte	107.307,50	1.411,28	-	-	-	108.718,78
Equipamento biológico	6.224,86	452,45	-	-	-	6.677,31
Equipamento administrativo	129.062,42	710,01	-	-	-	129.772,43
Outros activos fixos tangíveis	28.315,67	10.764,00	-	-	-	39.079,67
Total	2.689.182,60	96.329,61	-	-	-	2.785.512,21
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	9.875,04	1.044,51	-	-	-	10.919,55
Edifícios e outras construções	1.083.754,19	36.570,79	-	-	-	1.120.324,98
Equipamento básico	463.079,48	26.153,90	-	-	-	489.233,38
Equipamento de transporte	96.125,58	2.217,13	-	-	-	98.342,71
Equipamento biológico	4.705,92	199,68	-	-	-	4.905,60
Equipamento administrativo	110.684,92	3.543,21	-	-	-	114.228,13
Outros activos fixos tangíveis	21.273,13	2.297,24	-	-	-	23.570,37
Total	1.789.498,26	72.026,46	-	-	-	1.861.524,72

5. Ativos Intangíveis

5.1 - Divulgações relativas a Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostra as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Programas de Computador	230,00	-	-	-	-	230,00
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	230,00	-	-	-	-	230,00

6. Custos de Empréstimos Obtidos

6.1 – Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos

Não há empréstimos obtidos pela entidade, motivo pelo qual não se registam custos desta natureza na contabilidade.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	0,00	31,53	-	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.753,95	54.710,48	- 864,50	7.170,23
Produtos Acabados e intermédios	3.928,95	-	-	4.003,98
Produtos e trabalhos em curso	1.200,00	-	-	0,00
...	-	-	-	-
Total	11.882,90	54.742,01	-864,50	11.174,21

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	53.461,23
Variações nos inventários da produção	-1.124,97

8. Rendimentos

Para o período de 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rendimentos

Descrição	2016
Vendas	8.732,16
Prestação de Serviços	189.656,62
Compart. Mensalidades de Utentes	109.228,57
Outras	80.428,05
Variações nos inventários da produção	-1.124,97
Subsídios, doações e legados à exploração	698.650,84
Trabalhos para a própria entidade	8.352,76
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
Outros rendimentos e ganhos	31.907,71
Total	936.175,12

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade não reconhece quaisquer Provisões, Passivos ou Activos contingentes no decorrer deste período.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado" e "Apoios do Estado":

Subsídios

Descrição	2016
Subsídios do Estado	
ISS, IP - Centros Distritais	667.695,78
Direcção Regional Educação Alentejo	30.955,06
Outros	
Total	698.650,84

11. Instrumentos financeiros

No período de 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Investimentos Financeiros

Descrição	2016
Investimentos em subsidiárias	-
Método de Equivalência Patrimonial	-
Outros Métodos	-
Investimentos em associadas	-
Método de Equivalência Patrimonial	-
Outros Métodos	-
Investimentos noutras empresas	57,36
Método de Equivalência Patrimonial	57,36
Outros Investimentos Financeiros	731,66
Fundos de Compensação do Trabalho	731,66
Total	789,02

12. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 42.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados

Descrição	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-
Remunerações ao Pessoal	515.060,89
Benefícios Pós-Emprego	-
Indemnizações	-
Encargos sobre as Remunerações	103.317,79
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.188,77
Gastos de Acção Social	-
Outros Gastos com o Pessoal	3.184,21
Total	626.751,66

13. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14. Agricultura

No início do período, o valor dos ativos biológicos apresentava um valor total de 6.224,86€, sendo 5.489,18€ correspondente a animais equinos (cavalos) e o restante relativo a árvores e plantas. No ano de 2016, foram efetuadas adições no que se refere às árvores e plantas, num total de 452,45€ relativas à compra de ameixeiras. Desta forma, no final do ano o valor dos activos biológicos apresenta um valor de 6.677,31€. As depreciações acumuladas de activos biológicos apresentam no final do período um valor de 4.905,60€.

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016, nenhuma destas rubricas apresentava saldo.

16.2. Propriedades de Investimentos em Curso

Para o período de 2016, a rubrica “Propriedades de Investimentos em Curso” apresentam um saldo de 1.354,42€, relativo ao projecto de Medidas de Auto-protecção.

16.3. Créditos a receber e Utentes

Para o período de 2016, a rubrica “Créditos a Receber” apresenta o seguinte saldo:

Créditos a Receber

Descrição	2016
Cientes e Utentes c/c	
Cientes	7.796,18
Utentes	-
Cientes e Utentes títulos a receber	-
Cientes	-
Utentes	-
Cientes e Utentes factoring	-
Cientes	-
Utentes	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-
Cientes	-
Utentes	-
Total	7.796,18

16.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2016, a seguinte decomposição:

Outras contas a Receber

Descrição	2016
Adiantamentos ao pessoal	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-
Outros Devedores (Cauções)	468,89
Perdas por Imparidade	-
Total	468,89

16.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos

Descrição	2016
Gastos a reconhecer	
Seguros	2.173,66
...	-
Total	2.881,26
Rendimentos a reconhecer	
Espaço Lavandaria	670,35
...	-
...	-
Total	670,35

16.6. Outros Ativos Correntes

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2016, investimentos em entidades.

16.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	2016
Caixa	19,17
Depósitos à ordem	183.707,94
Depósitos a prazo	112.053,37
Outros	-
Total	295.780,48

16.8. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Associação Sócio-Cultural
Terapêutica de Évora
Aparcado 18 - 7002 501 Évora

Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	318.015,60	-	-	318.015,60
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Resultados transitados	595.951,81	18.458,68	-	614.410,49
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	321.303,52	-	-	299.111,71
Subsídios	83.187,86	-	22.191,81	60.996,05
Doações	238.115,66	-	-	238.115,66
Total	1.235.270,93			1.231.537,80

16.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é de 918,19€, neste período.

16.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2016
Activo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.004,31
Outros Impostos e Taxas	-
Total	14.004,31
Passivo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.812,68
Segurança Social	11.787,35
Outros Impostos e Taxas	-
Total	15.600,03

16.11. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras Dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Br.

Outras Dívidas a Pagar

Descrição	2016	
	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações (Sindicato)	-	8,71
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-
Outros credores	-	4.081,00
	-	-
Total	-	4.089,71

Associação Sócio-Cultural
Terapêutica de Évora
Apartado 18 - 7002 501 Évora

16.12. Outros Passivos Correntes

Os "Outros passivos correntes" em 31 de Dezembro de 2016 não apresentam saldo.

16.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de Dezembro de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2016
Subcontratos	13,00
Serviços especializados	58.979,14
Materiais	4.396,81
Energia e fluidos	52.835,88
Deslocações, estadas e transportes	7.260,29
Serviços diversos	46.470,83
Rendas e Alugueres	9.090,20
Limpeza, Higiene e Conforto	10.789,22
Outros Serviços	26.591,41
Total	169.955,95

16.14. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016
Rendimentos Suplementares	1.963,11
Descontos de pronto pagamento obtidos	19,27
Recuperação de dívidas a receber	-
Ganhos em inventários	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	650,00
Outros rendimentos e ganhos	29.275,33
Total	31.907,71

Associação Sócio-Cultural
Terapêutica de Évora
Aprovado 18 - 7002 501 Évora

16.15. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Gastos e Perdas

Descrição	2016
Impostos	7.389,95
Descontos de pronto pagamento concedidos	-
Dívidas incobráveis	-
Perdas em inventários	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	1,56
Outros Gastos e Perdas	1.595,40
Total	8.986,91

16.16. Resultados Financeiros

No período de 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados Financeiros

Descrição	2016
Juros e gastos similares suportados	
Juros suportados	10,99
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-
Outros gastos e perdas de financiamento	166,25
Total	177,24
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros obtidos	-
Dividendos obtidos	-
Outros rendimentos similares	-
Total	0,00
Resultados financeiros	-177,24

Zambujalinho, 22 de Março de 2017

Zambujalinho, 25 de Março de 2017

A Direcção

Associação Sócio-Cultural

Terapêutica de Évora

Apartado 18 - 7002 501

Joana Isabel P. Taveira
(Joana Isabel P. Taveira)

Maria Luísa Sousa Ferrão

(Maria Luísa Sousa Ferrão)

JOSE ANTONIO CRISTO BARRADAS

(José Cristo Barradas)

O Presidente da Mesa da A. Geral

Esger

(Maria Elisa C. Salgueiro Malhão)

O Contabilista Certificado

Vict

(Victor M. C. Dordão)

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	198.388,78	197.418,74
Subsídios, doações e legados à exploração	10	698.650,84	693.757,11
Variação nos inventários da produção	7	-1.124,97	355,90
Trabalhos para a própria entidade	8	8.352,76	9.069,05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-53.461,23	-56.550,01
Fornecimento e serviços externos	16	-169.955,95	-177.617,71
Gastos com o pessoal	12	-626.751,66	-591.386,75
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)			-139,09
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	16	31.907,71	13.568,64
Outros gastos	16	-8.986,91	-4.466,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:		77.019,37	84.009,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-72.026,46	-69.135,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.992,91	14.874,68
Juros e rendimentos similares obtidos	8		3.584,00
Juros e gastos similares suportados	16	-177,24	
Resultado antes de Impostos		4.815,67	18.458,68
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		4.815,67	18.458,68

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Victor Manuel Candeias Dordio)

Zambujalinho, 25 de Março de 2017

O PRESIDENTE DA MESA DA A. GERAL

(Maria Elisa C. Salgueiro Malhão)

Zambujalinho, 22 de Março de 2017

A DIREÇÃO

Associação Sócio-Cultural
 Terapêutica de Évora

(Joana Isabel P. Taveira)

(Maria Luísa Sousa Ferrão)

(Maria Luísa Sousa Ferrão)

(José Cristo Barradas)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	923.987,48	899.684,34
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	11, 16	2.143,44	956,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		926.130,92	900.640,81
Ativo corrente			
Inventários	7	11.174,21	11.882,90
Créditos a receber	16	7.796,18	7.929,76
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	16	14.004,31	12.919,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber			
Diferimentos	16	2.173,66	2.881,26
Outros ativos correntes	16	571,99	468,89
Caixa e depósitos bancários	16	295.780,48	335.458,47
		331.500,83	371.540,32
Total do Ativo		1.257.631,75	1.272.181,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	16	318.015,60	318.015,60
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	16	614.410,49	595.951,81
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	16	299.111,71	321.303,52
		1.231.537,80	1.235.270,93
Resultado líquido do período		4.815,67	18.458,68
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		1.236.353,47	1.253.729,61
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	9		
Provisões Específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	16	4.081,00	4.889,59
		4.081,00	4.889,59
Passivo corrente	16		
Fornecedores	16	918,19	
Estado e outros entes públicos	16	15.600,03	13.553,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	16	670,35	
Outros passivos correntes	16	8,71	8,63
		17.197,28	13.561,93
Total do Passivo		21.278,28	18.451,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.257.631,75	1.272.181,13

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Victor Manuel Candeias Dordio)

Zambujalinho, 25 de Março de 2017

O PRESIDENTE DA MESA DA A. GERAL

(Maria Elisa C. Salgueiro Malhão)

Zambujalinho, 22 de Março de 2017

A DIREÇÃO Associação Sócio-Cultural

Joana Isabel P. Taveira
(Joana Isabel P. Taveira)

Maria Luísa Sousa Ferrão
(Maria Luísa Sousa Ferrão)

José António Cristo Barradas
(José Cristo Barradas)

ASSOC SOCIO CULTURAL TERAPEUTICA EVORA
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2016

Data: 2016/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de clientes e utentes	16	49.353,36	49.232,55
Pagamento de subsídios	10	698.650,84	693.757,11
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamento a fornecedores	16	-298.254,87	-281.265,79
Pagamentos ao pessoal	12	-426.548,18	-406.022,77
Caixa gerada pelas operações		23.201,15	55.701,10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		12.156,71	5.866,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		35.357,86	61.567,78
Fluxos de caixa das Atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	-97.274,55	-70.460,10
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11	-504,86	-267,94
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos	8	31.907,71	13.568,64
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		0,00	3.584,00
Dividendos			
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (2)		-65.871,70	-53.575,40
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	16	-9.164,15	-4.466,17
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-9.164,15	-4.466,17
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-39.677,99	3.526,21
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		335.458,47	331.932,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	295.780,48	335.458,47

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Victor Manuel Candeias Dordio)

Zambujalinho, 25 de Março de 2017

O PRESIDENTE DA MESA DA A. GERAL

(Maria Elisa C. Salgueiro Malhão)

Zambujalinho, 22 de Março de 2017

A DIREÇÃO

Associação Sócio-Cultural
 Terapêutica de Évora
 Avenida do 25 de Abril 501 Évora

(Joana Isabel P. Taveira)

(Maria Luísa Sousa Ferrão)

(José Cristó Barradas)